

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E CULTURA ESCOLAR: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA (1974-2002)

A. M. F. COSTA*, J. M. NASCIMENTO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2586-9349/>*

a.maxcosta@gmail.com*

Submetido 14/01/2023 - Aceito 30/12/2023

DOI: 10.15628/holos.2023.11252

RESUMO

A pesquisa apresentada constitui um recorte da tese de doutoramento que vem sendo desenvolvida desde 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN) na Linha de Pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional. O objetivo desse trabalho é tecer reflexões sobre as categorias epistemológicas "História das Instituições Escolares" e "Cultura Escolar" assentadas na base bibliográfica dos estudos da Nova História Cultural, tecidas por Justino Magalhães (2004, 2001, 1998, 1996), Dominique Julia (2001), Viñao Frago (2006,1995) e Michel de Certeau (1995). Metodologicamente realizou-se pesquisa bibliográfica, com o propósito de compreender as categorias citadas. Também efetivou-se Análise Temática com as etapas de distinção das

ideias centrais das secundárias; realização de problematizações e proposições, conforme orienta Severino (2007). A investigação traz a reflexão de que as categorias "História das Instituições Escolares" e "Cultura Escolar" são essenciais na análise histórica das mudanças e permanências ocorridas nas práticas pedagógicas estabelecidas no cotidiano de uma determinada instituição de ensino, em especial a Escola Estadual Professor Anísio Teixeira em Natal/RN, responsável por formar alunos trabalhadores nos cursos técnico profissionalizante de 2º grau, com habilitação em Administração e Contabilidade no recorte temporal (1974-2002) referendada nos estudos de Costa (2017).

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, História das Instituições Escolares, Cultura Escolar, Ensino Técnico Profissionalizante de 2º Grau.

HISTORY OF SCHOOL INSTITUTIONS AND SCHOOL CULTURE: CHANGES AND STAYS IN PEDAGOGICAL PRACTICES AT THE STATE SCHOOL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA (1974-2002)

ABSTRACT

The research presented is part of the doctoral thesis that has been developed since 2019 in the Graduate Program in Professional Education (PPGEP-IFRN) in the History, Historiography and Memory of Professional Education Research Line. The objective of this work is to reflect on the epistemological categories "History of School Institutions" and "School Culture" based on the bibliographic basis of the studies of New Cultural History, woven by Justino Magalhães (2004, 2001, 1998, 1996), Dominique Julia (2001), Viñao Frago (2006,1995) and Michel de Certeau (1995). Methodologically, bibliographic research was carried out in order to understand the categories mentioned. Thematic Analysis was also carried

out with the steps of distinguishing the central ideas from the secondary ones; realization of problematizations and propositions, as directed by Severino (2007). The investigation brings the reflection that the categories "History of School Institutions" and "School Culture" are essential in the historical analysis of the changes and permanences that occurred in the pedagogical practices established in the daily life of a determined educational institution, especially the State School Professor Anísio Teixeira in Natal / RN, responsible for training working students in technical high school courses, with a degree in Administration and Accounting in the time frame (1974-2002) endorsed in Costa's studies (2017).

KEYWORDS: History of Education, History of School Institutions, School Culture, Secondary Technical Vocational Education.

1 INTRODUÇÃO

O artigo proposto é um recorte da pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), na linha de pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional desde 2019.

Esse trabalho foi apresentado no grupo de trabalho 3 “História e Política das Instituições de Educação Profissional”, do I Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (I COHEP), com tema central “História e Memória de Formação de Professores na Educação Profissional”, ocorrido em setembro de 2020, promovido pelo (PPGEP-IFRN) em parceria com a Universidade de Lisboa-Portugal e Universidade de Montpellier-França.

O principal objetivo desse escrito é tecer reflexões sobre as categorias historiográficas “História das Instituições Escolares” e a “Cultura Escolar” considerando serem campos conceituais e epistêmicos necessários para a compreensão e construção de uma tessitura teórico-metodológica para o desenvolvimento das problematizações das mudanças e permanências nas práticas pedagógicas de uma dada cultura escolar inaugurada no *lócus* da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira.

A instituição escolar Professor Anísio Teixeira está situada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com recorte temporal entre os anos de 1974 a 2002, data inicial de sua fundação até a finalização da oferta de ensino técnico profissionalizante de 2º grau nas habilitações de técnico de assistente em administração e de técnico em contabilidade.

O artigo bibliográfico, documental e empírico ampara-se nos conceitos de Magalhães (2004, 2001, 1998, 1996), Julia (2001), Viñao Frago (2006, 1995) Certeau (1995), representantes da Nova História e da Nova História Cultural, dialogando com o corpus documental tecido por Costa (2017), composto pelas falas dos agentes que (re) construíram a história dessa instituição escolar em análise. Para a realização da investigação bibliográfica, utilizou-se como metodologia a técnica da “Análise Temática” referenciada por Severino (2007). Nessa feita Severino (2007) recomenda buscar os elementos básicos do texto, tais como: Autor (vida, obra e ideias); Texto (quando, para que, para quem foi escrito); Vocabulário; Fatos, Autores, Teoria (s), Doutrina (s).

Organizou-se o texto em dois itens, o primeiro denominado de “Episteme da história das instituições escolares e da cultura escolar”, refletindo sobre as definições e os conceitos dessas duas categorias historiográficas. Depois tem-se o item dois, tratando acerca das “As mudanças e permanências nas práticas pedagógicas na Escola Estadual Professor Anísio Teixeira” cuja discussão se dá na interface teoria-empíria das informações desenvolvidas na dissertação de Costa (2017). Por fim, as considerações finais e as referências com os autores e textos afim de possibilitar aos interessados um aprofundamento no campo da história da educação e da educação profissional¹.

Estas normas têm como objetivo dar uma orientação geral aos autores dos artigos no momento em que forem redigir e, principalmente, quando forem organizar e digitar seus artigos científicos.

¹ Educação Profissional (E.P) é uma modalidade de ensino demarcada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), integradas nos vários níveis escolares, na dimensão trabalho, ciência e tecnologia. Além disso, a E.P também configura-se como um campo de pesquisa fala Medeiros Neta (2016).

2 EPISTEME DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E DA CULTURA ESCOLAR

A categoria “História das instituições escolares” traduz-se em um conhecimento ou uma episteme cuja definição se inscreve como sendo um feito humano e que por isso, não é dado e sim construído, “[...] isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou” (Saviani, 2005, p.28).

Nota-se conforme as ideias de Saviani (2005) que as instituições em especial as escolares são em sua essência produções sociais idealizadas e materializadas para satisfazer as necessidades humanas, estando em seu interior vários elementos, tais como, o ensino, a instrução, a formação, os métodos, o sistema, as doutrinas e as práticas pedagógicas.

Concebe-se a partir de Magalhães (2004) que a história de uma instituição escolar pode ser definida como a análise ou a investigação da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradições, memórias, práticas, envolvimento e apropriação.

Mas o que significa compreender e explicar a história das instituições escolares? Nas palavras de Magalhães (2004, p.133-134) significa

[...] integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re) escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram-se nessa relação a sua principal base de informação e orientação.

Visualiza-se na fala de Magalhães (2004) que a história das instituições trata-se de uma espécie de epistemologia interdisciplinar, cuja gênese se inscreve a história de uma instituição escolar, não se confinando a uma abordagem descritiva ou justificada pela implantação de uma doutrina política nem a compatibilidade das instituições com o seu meio circundante.

Ainda de acordo com Magalhães (2004, p.124) “A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço”. Nessa lógica entende-se que a história de uma instituição educacional se desenvolve, a partir dos aspectos morfológicos, funcionais, administrativos até dos aspectos didático-pedagógicos e vivenciais, numa complexidade interna e externa, nas quais o desenvolvimento acontece nas conjunturas históricas locais.

Nesse sentido, entende-se que a instituição

[...] consagra uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra-sistêmica; é, por consequência, uma idéia mais ampla e mais flexível do que a de sistema. (Magalhães, 2004, p.58).

Repara-se que o conceito de instituição tecido até o momento, apresenta-se como sendo algo amplo e flexível do que o de sistema, na qual se coloca a instituição dentro da norma e da normatividade, simplesmente institucionalizando. Filiando-se a defesa da concepção de instituição como algo amplo, insere-se “[...] uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização – totalidades em organização” (Magalhães, 2004, p.62).

As abordagens históricas, incluindo a história das instituições escolares, representada por Magalhães (2004) coadunam-se com as vias epistemológicas da Nova História² abertas à interdisciplinaridade, as complexidades, as totalidades, a atualidade e as novas temáticas, metodologias e fontes, assim como o novo modo de pensar a história, uma história problematizadora dos contextos históricos e não apenas uma descrição da história objetiva e factual como faziam os historiados da abordagem positivista.

Esse movimento da Nova História inaugura a ideia de que não há grupos sociais superiores ou inferiores, o que existem são grupos diferentes, mas não um pior, ou melhor, que o outro, na realidade o que se tem é a inserção da história das minorias, dos exaltados, dos contra hegemônicos, dos oprimidos e dos trabalhadores. Esse fato é interessante, pois nos permite reconhecer a pluralidade cultural, étnica e de gênero, permitindo ações pautadas na ética da solidariedade e respeitadora do ser humano, impulsionada pela escola dos *Annales* e da Nova História Cultural.

Lendo esses argumentos, reafirma-se que o campo epistemológico da história das instituições escolares foi fortalecido cada vez mais com as investigações e teorizações de Magalhães (1998) quando elencou as categorias de análise para o desenvolvimento de pesquisas sobre instituições escolares, na tessitura de um roteiro para aqueles que desejam adentrar nesse campo. Escrevendo ou (re) escrevendo a história das instituições escolares considerando os espaços, os tempos, os currículos, os modelos pedagógicos, os agentes (professores e diretores), os sujeitos (alunos e funcionários), os manuais e a cultura da escola.

A “cultura” enquanto categoria inserida no contexto das instituições escolares é apresentada como elemento de pesquisa dos estudos de Magalhães (1998; 2004), Julia (2001), Viñao Frago (2001,1995) e Certeau (1995), sendo assim, considera-se, que a cultura escolar é item preponderante para a escrita ou (re) construção da história das instituições escolares. Se a cultura escolar é um elemento essencial para escrever a história de uma instituição escolar, pergunta-se: O que é cultura escolar?

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (Julia, 2001, p.10-11).

Além de Julia (2001), apresenta-se a definição de cultura escolar estabelecida por Viñao Frago (1995, p.69)

Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen. Dentre ellos elijo dos a lo que he dedicado alguna

² A história Nova ou a *École des Annales* permitiu e permite uma nova possibilidade de fazer história, não mais por meio da narração dos fatos e acontecimentos, mas problematizando, inferindo, indagando e recebendo colaboração de outros campos do conhecimento como aponta Ciavatta (2016, p.45), Recuperado em 01 setembro 2020, de <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>.

atención en los últimos años: el espacio y el tempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado.

Compreende-se com essas definições que a cultura escolar enquanto categoria de análise historiográfica, possibilita ao pesquisador o envolvimento com toda a vida da instituição escolar, indo desde a (re) construção do ensino, das práticas educativas, assim como os objetos, as condutas, as formas de pensar, de dizer e de fazer.

A cultura escolar permite ao historiador tecer um olhar mais profundo do funcionamento e também sobre a gênese de uma instituição educativa, nessa tessitura entende-se, a cultura escolar como sendo uma espécie de interiorização de costumes, ideias, hábitos e comportamentos assimilados por um indivíduo ou pelo grupo imerso na instituição escolar.

Realizadas as definições e reflexões no que concerne à cultura escolar, concebe-se que essa categoria historiográfica é classificada por Julia (2001) em duas culturas escolares, sendo a primeira de ordem primária e a segunda de ordem secundária. Essas ordens das culturas escolares, classificam-se conforme Julia (2001) nos níveis escolares das práticas educativas ou pedagógicas, a cultura escolar primária destina-se ao nível de ensino de primeiro grau e a outra na esfera do segundo grau.

Diante dessa problematização, questiona-se: Existe uma cultura escolar no singular ou culturas escolares no plural? Na concepção de Viñao Frago (2001) a resposta para tal questionamento é:

Puede ser que exista una única cultura escolar, referible a todas las instituciones educativas de un determinado lugar y período, y que, incluso, lográramos aislar sus características y elementos básicos. Sin embargo, desde una perspectiva histórica parece más fructífero e interesante hablar, en plural, de culturas escolares. (...) No hay dos escuelas, colegios, institutos de enseñanza secundaria, universidades o facultades exactamente iguales, aunque puedan establecerse similitudes entre ellas. Las diferencias crecen cuando comparamos las culturas de instituciones que pertenecen a distintos niveles educativos. (Viñao Frago, 2001, p.33).

Ao traduzir os argumentos de Viñao Frago (2001) pode-se, por exemplo, dizer que existe uma cultura escolar singular, referente a todas as instituições educativas de um determinado local e período, podendo o pesquisador até isolar suas características e elementos básicos. No entanto, partindo de uma perspectiva historiográfica, é mais proveitoso e interessante falar, de culturas escolares no plural. Na verdade, a cultura na concepção de Certeau (1995) vem de encontro a lógica de que existe uma cultura no plural, entendendo que a cultura é um sistema de referências e significados heterogêneos entre si, não consistindo em receber aquilo que os outros lhe dão para viver e pensar, mas a realização do ato, ou seja, a cultura só existe de fato quando os sujeitos que a realizam dão sentido aos seus feitos.

Acredita-se, contudo que não existem duas escolas, universidades ou facultades exatamente iguais, embora possam ser estabelecidas equivalências entre elas. As diferenças crescem quando se compara as culturas de instituições que pertencem a diferentes níveis educacionais. Um exemplo prático do argumento apresentado no parágrafo anterior, é que tanto a Escola Estadual

Professor Anísio Teixeira³ construiu historicamente uma cultura escolar específica do ensino técnico profissionalizante, alicerçada no ideário da reforma educacional de 2º grau, referenciada pela Lei nº. 5.692/71, bem como outras instituições educacionais espalhadas pelo estado do Rio Grande do Norte e da cidade do Natal.

Alicerçado nas especificidades da cultura escolar empreendida no Anísio Teixeira, e apresentadas na empiria da pesquisa de Costa (2017), visualiza-se nas falas dos agentes do estudo (diretores, vice-diretores e professores) que havia indícios de que foi instituída uma cultura escolar do ensino técnico profissionalizante no 2º grau, a considerar o perfil dos professores que eram profissionais técnicos, inclusive admitidos sem concurso público, pois o que contava no momento da contratação desses profissionais eram a capacidade técnica das atividades exercidas por eles na área da contabilidade e da administração, principais cursos ofertados pela escola.

Concebe-se que tinha no *lócus* da Escola Estadual Anísio Teixeira, a cultura escolar de que o estudante do ensino técnico profissionalizante de 2º grau deveria a todo custo ser formado para atender as demandas imediatas do mercado de trabalho, para tanto, formava-se, ou melhor, treinava-se os estudantes para as atividades do campo empresarial e comercial, sob os fundamentos da pedagogia tecnicista ou do tecnicismo predominantes durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Todavia, a escola Anísio Teixeira continuava cultivando esse ideário formativo até o início dos anos de 2000, conforme aponta os documentos do arquivo da escola e da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte. Com essa constatação, indaga-se: O que fez essa cultura escolar resistir até os primeiros anos de século XXI? Quais foram as mudanças e permanências ocorridas nas práticas pedagógicas dessa escola de educação profissional?

3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA

As mudanças e permanências evidenciadas no contexto das práticas pedagógicas (re) construída nas vozes dos agentes que viveram na Escola Estadual Professor Anísio Teixeira (1974-2002) parecem empiricamente sobreviverem ao tempo e se inscrevem na historiografia de uma dada cultura escolar ou quem sabe das culturas escolares.

Fazendo uso da concepção de cultura na visão de Certeau (1995) pode-se afirmar que esse sistema está sempre se modificando, se renovando. A cultura é uma realização ou um fio condutor de toda a vida social, ou melhor, a cultura deve estar imbricada na vida, visto que ela é uma instância da vida social. Se a cultura é passível a mudança (s), então, pode-se pensar que houve transformações na cultura escolar da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira desde a sua gênese até 2002 quando houve a finalização na oferta do ensino técnico profissionalizante de 2º grau? As legislações educacionais, as tendências pedagógicas, o currículo e as disciplinas foram fundantes na tessitura de uma cultura escolar específica?

Responder a essas inferências, não é o ponto central do estudo, mas a proposta é ir construindo uma reflexão em torno das vozes que rememoram a história dessa instituição escolar desde 1974 até 2002, com base no corpus documental organizado e analisado na pesquisa de Costa (2017), retomada em 2019 como trabalho de doutoramento.

³ A instituição escolar citada, foi inaugurada e registrada em 1974 pelo nome “Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira”, sendo alterado após 1983 como consta na dissertação de Costa (2017), Recuperado em 27 setembro 2020, de <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1402>.

Como anunciado no questionamento do segundo parágrafo desse tópico, sobre os elementos referendados de uma cultura escolar, instalada na Escola Estadual Professor Anísio Teixeira (1974), considera-se como relevante a materialização da Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, na perspectiva de que

Nesse período, o país viveu a mais estreita relação entre educação e trabalho, uma vez que afirme a preocupação da Ditadura Civil-Militar era compatibilizar a política educacional com os princípios da grande indústria capitalista (no caso brasileiro, do modelo de produção taylorista-fordista), com a aumentar a produtividade desta. Assim, estabeleceu, por meio da reforma do Ensino de 1º e 2º Graus – Lei n. 5.692/1971 –, o ensino profissionalizante para todos, objetivando formar quadros técnicos para imediata inserção no mercado de trabalho. (Silva; Nascimento & Ramos, 2020, p.5).

A reforma do ensino impulsionada pela Lei Nº 5.692/71, com objetivo de atender ao capital e desse modo ofertar uma mão-de-obra qualificada e barata ao mercado de trabalho passa a ser peça fundamente nas escolas públicas de 2º grau no Brasil, não sendo diferente na Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, cujo perfil de estudantes no período de 1974 até 1982 eram provindos da classe média, como afirmar a Diretora Maria Célia (2016)

Os estudantes do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, eram provindos tanto de escolas privadas como de públicas, mas em sua maioria pertencia à classe média, visto que se tratava de um ensino de referência em cursos técnicos profissionalizantes, e cumpria o objetivo da Lei Nº 5.692/71 que era preparar o aluno para o mercado de trabalho.

Nota-se que na época dessa diretora, a instituição atendia uma clientela socioeconômica privilegiada, mas com o passar dos anos, especificamente em 1983 o público da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira passa a ser formado por estudantes trabalhadores, filhos da classe trabalhadora potiguar, classificado na pirâmide da estratificação social, como pertences a classe “D” adverte o Professor Roberto Cabral (2016)

[...] os estudantes matriculados na Escola Anísio Teixeira consistia em pessoas das classes C e D, que procuravam estabilidade em algum trabalho do setor comercial [...] Alguns estudantes de classe média matriculava-se apenas para adquirir estágios, tendo em vista que alguns tinham facilidade para conseguir o acesso ao estágio.

Visualiza-se na fala do professor Roberto Cabral (2016) que os estudantes da classe média “C” foge à regra geral, pois eles buscavam a formação nessa escola para administrarem os comércios de seus familiares ou porque tinham intenções em realizar estágios nos bancos da capital do Rio Grande do Norte, pretensão essa confirma na voz da Diretora Maria Célia (2016): “Recordo-me de um estudante que vinha de uma escola privada e me disse que a mãe tinha uma loja e ele queria fazer o curso técnico em Assistente de Administração para dirigir o comércio da família, e depois ele iria para a universidade”.

Com essa narração da 1ª Diretora do Anísio Teixeira, percebe-se que no geral, os estudantes dessa instituição de ensino técnico profissionalizante de 2º grau, protagonizavam a máxima de que o ensino de 2º grau, reformado pela Lei Nº 5.692/71 deveria ser de terminalidade nos estudos. Essa afirmação reforça o princípio da escola dual, bem como o fracasso desse tipo de ensino

obrigatório para todos os sistemas educacionais (públicos e privados) levantados por Germano (2011) e Cunha (2005).

Outro aspecto que merece destaque diante do fracasso da reforma educacional, sob a égide da Lei Nº 5.692/71 é a compulsoriedade outorgada pela Lei Nº 7.044/82, na qual

[...] flexibilizaram a obrigatoriedade da profissionalização do 2º grau. No entanto, apenas a rede pública continuou seguindo essa legislação (bastante deficiente na rede estadual), pois na rede privada prevalecia o ensino propedêutico, dando condições àqueles que nele se inseriam de prosseguimento nos estudos em nível superior. (Medeiros Neta; Pereira & Nascimento, 2018, p.179).

As pesquisadoras demonstram em sua fala que havia de fato uma escola dual, ficando cada vez mais aparente com a flexibilização engendrada pela Lei Nº 7.044/82, dando assim, respaldo à escola privada continuar realizando uma formação propedêutica, completa e objetivando preparar a sua clientela para o ensino superior, e aos estudantes de 2º grau da rede pública ficava relegado apenas os princípios advindos do tecnicismo do ensino técnico profissionalizante, conforme demonstra a escrita de Silva; Nascimento & Ramos (2020, p.5-6)

É importante destacar que o 2º grau profissionalizante foi concebido sobre os princípios tecnicistas os quais pregavam a racionalidade, eficiência e produtividade, ou seja, direcionada unicamente para o adestramento do estudante – futuro trabalhador –, preparando-o para execução de tarefas técnicas, sem a pretensão da oferta de uma formação mais ampla e crítica.

O tecnicismo exposto nas práticas pedagógicas, materializado no currículo da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, com fins a treinar o estudante para as atividades do trabalho é impresso nos documentos pedagógicos, especialmente na matriz curricular, cujo documento consta com três anos de formação, tendo duas partes:

[...] a parte unificada (comum) com disciplinas gerais e, depois, a parte técnica, dependendo das habilitações profissionais escolhidas (Técnico Assistente em Administração e Técnico em Contabilidade), destacando as disciplinas de Educação Moral e Cívica, OSPB, Português e Matemática, que permeavam todo o currículo dos cursos. (Diretora Maria Célia, 2016).

A voz da diretora Maria Célia (2016) deixa evidente que a escola possui um currículo técnico centrado nas habilitações profissionalizantes, que se aplicavam aos cursos de Técnico em Contabilidade e Assistente em Administração, e ainda havia a obrigatoriedade de estágios, após os anos de 1984 essa prática no campo do trabalho não é mais exigida no currículo da escola.

Mesmo não sendo mais obrigado a oferta de estágios, a Escola Estadual Professor Anísio Teixeira mantinha parceria com as empresas potiguares, é tanto que “os conteúdos tinham uma base teórica do que deveria aplicar no dia-a-dia das suas atividades profissionais para se ter consciência do porque estavam tomando as decisões cabíveis” (Professor Jarbas Gomes, 2016). Para esse professor responsável pelas disciplinas de administração e controle “o estudante ao adentrar nos estágios não poderia ficar esperando só os conteúdos advindos das aulas, ele deveria buscar algo mais, ou seja, qualificação extra” (Professor Jarbas Gomes, 2016).

A narração do Professor que também era bancário, valoriza a máxima de que a formação educacional, não deve ser só aquela financiada pela escola, mas o próprio estudante trabalhador deve buscar investir na sua própria carreira e desse modo ocupar postos elevados no mercado de trabalho. Compreende-se na fala desse professor a influência da teoria do capital humano⁴, cuja ideologia é de que o trabalhador é responsável pelo seu sucesso profissional, ficando o sistema capitalista e o governo com uma pequena parcela de culpa.

Ouvindo ainda as vozes dos professores que atuaram já nos anos de 1996, na qual já estava em voga a Lei Nº 9.394/96 fica claro, que a metodologia empregada nas práticas pedagógicas da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira ainda era enraizada na Lei Nº 5.692/71, ficando aparente as aulas expositivas, com uso de quadro e giz, e os exercícios repetitivos de ação-respostas, focado no fazer pragmático e utilitarista, avaliando o aluno de modo somatório e classificatório.

Outro ponto fundante na cultura escolar da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, eram as práticas cívicas, supervalorizadas desde a sua fundação em 1974, era o momento em que a escola homenageada a pátria, as datas comemorativas e a cultura, segue a afirmação da diretora Maria Célia (2016)

[...] incentivávamos a participação ativa dos estudantes: desfile cívico de 7 de setembro, hasteamento da bandeira do Brasil e canto do Hino Nacional, uma vez por mês, no pátio interno da escola. Festejávamos o folclore, destacando a religiosidade, a cultura-brincadeiras, jogos, danças, parlendas, comidas típicas, literatura, música.

Reflete-se com essa lembrança da diretora Maria Célia que o culto aos símbolos da pátria brasileira (cívicos) no período da ditadura militar, reafirma o forjamento de uma consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso como expõe Julia (2001).

Parece que mesmo as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) tendo ficado na obrigatoriedade dos anos de 1974 a 1985, ela se revela até 2002 na exaltação à cultura por meio de eventos como sendo um olhar histórico no contexto escolar, por meio das festas e dos eventos, possibilita a reconstrução do passado, pelas interpretações, explicações e entendimento da cultura escolar de uma instituição que tinha por essência a profissionalização e a efetivação do tecnicismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem mostrado que as categorias “História da instituições escolares” e “Cultura escolar” são conceitos teóricos metodológicos basilares para a investigação historiográfica da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, no recorte temporal (1974-2002) com proposição de refletir sobre as mudanças e permanências nas práticas pedagógicas dessa instituição de referência na oferta de ensino técnico profissionalizante de 2º grau, habilitação em Assistente em Administração e Contabilidade na cidade do Natal, Rio Grande do Norte.

⁴ Da Fonseca, J., & Dos Santos Ferreira, M. (2020) citam a teoria do capital humano fundada por Schultz (1973) que ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição, sendo estas uma das maneiras pelas quais os homens livres podem aumentar o seu bem-estar. O investimento em capital humano pode aumentar os ganhos produtivos do trabalhador nos aspectos econômicos e sociais.

As vozes tecidas no estudo desenvolvido por Costa (2017) demonstraram que o perfil dos estudantes do Anísio Teixeira era provindo da classe média, alterando-se depois para estudantes trabalhadores, e que a formação técnica para o trabalho tinha o sentido de terminalidade. Pode-se entender também com a investigação que a escola estava em consonância com a Lei Nº 5.692/71 e com as práticas curriculares do tecnicismo, focada no treinamento dos estudantes, com fins a atender aos interesses do capitalismo desenvolvimentista que invadia o Brasil nos anos de 1970.

Além desses elementos destacados, o estudo possibilitou compreender que existem uma multiplicidade de fatores capazes de fundarem uma cultura escolar específica (particular), ou quem sabe várias culturas escolares. Eis que a partir das vozes ecoadas pelos agentes e o cruzamento com as fontes, possa-se defender a tese de que existiu uma cultura escolar específica na Escola Estadual Professor Anísio Teixeira na época em que formava o estudante para o mercado de trabalho nos cursos técnicos profissionalizantes de 2º grau em Assistente em Administração e Contabilidade.

5 REFERÊNCIAS

- Certeau, M. de. (1995). *A cultura no plural*. Tradução por Enid Abreu Dobranszky. Campinas-SP: Papirus.
- Ciavatta, M. (2016). A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. *HOLOS*, 6, 33-49. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.5013>
- Costa, A. M. F. da (2017). *Ensino Técnico Profissionalizante no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira: uma análise histórica das práticas pedagógicas (1974-1985)*. 119f. Dissertação – Mestrado em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal-RN.
- Cunha, L. A. (2005). *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Unesp.
- Da Fonseca, J., & Dos Santos Ferreira, M. (2020). A Teoria do Capital Humano e a noção e empregabilidade: um estudo comparativo. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 1(18), e7859. <https://doi.org/10.15628/rbept.2020.7859>
- Germano, J. W. (2011). *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p.09-43, jan./jun.
- Magalhães, Justino (2001). A cultura escolar como representação: a escola e a construção de uma tradição e de uma simbologia pátrias. In: Justino Magalhães. *História da educação* (brochura). Lisboa, p.116-128.
- Magalhães, Justino (1996). *Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo*. Braga: Universidade do Minho.

- Magalhães, Justino (2004). *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista-SP: Editora Universitária São Francisco.
- Magalhães, Justino (1998). Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cunthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras editora, 1998.
- Medeiros Neta, O., Pereira, M., Rocha, S., & Nascimento, F. (2018). A educação profissional nas leis de diretrizes e bases da educação: pontos e contrapontos. *HOLOS*, 4, 172-189. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.6982>
- Medeiros Neta, O. M. (2016). A configuração do campo da educação profissional no Brasil. *HOLOS*, [S.l.], v. 6, p. 50-55, out. ISSN 1807-1600. Recuperado em 27 março 2020, de <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4947>.
- Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira-PPP*. (2015). Natal: SEECD-RN.
- Saviani, D. (2005). *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira*. Campinas-SP. Recuperado em 28 setembro 2020, de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4430725/mod_resource/content/1/3%20-%20D_Saviani_Concep_Pedag_Hist_Educ_Brasil_2005.pdf.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez.
- Silva, J., Nascimento, S., & Ramos, M. (2020). A educação profissional na rede estadual do Rio Grande do Norte: em busca da consolidação. *HOLOS*, 4, 1-17. <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10053>
- Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971* (1971). Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 02 setembro 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm.
- Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982* (1982). Altera dispositivos da lei 5.692/71, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Recuperado em 28 setembro 2020, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (1996). Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Recuperado em 28 setembro 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- Viñao Frago, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.0, p.63-82, set./dez.
- Viñao Frago, A. (2006). *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Madri-Espanha: Ediciones Morata.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Costa, A. M. F., & Nascimento, J. M. do. (2023). HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E CULTURA ESCOLAR: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA (1974-2002). *HOLOS*, 4(39). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11252>

SOBRE OS AUTORES**EXEMPLO****A. M. F. COSTA**

Professor da SEEC-RN e da SME-Natal. Doutor e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

E-mail: a.maxcosta@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-XXXX-XXXX-XXXX>

J. M. NASCIMENTO

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-4964-5216>

Editor(a) Responsável: Maura Costa

Pareceristas Ad Hoc: Francisco das Chagas Silva Souza e Lenina Lopes Soares Silva



Recibido 14 de janeiro de 2023

Aceito: 30 de dezembro de 2023

Publicado: 31 de dezembro de 2023